

**8º SIMULADO**

**TJRJ**

**ANALISTA JUDICIÁRIO  
SEM ESPECIALIDADE - PÓS-EDITAL**



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 8º Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-TJ-Analista-25-04-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E



**PORTUGUÊS**

Felipe Lucas

**TEXTO I**

A pandemia da Covid-19 chegou ao Brasil proporcionando diversos desafios nos planos econômico, social, político e jurídico. Especificamente no campo jurídico, houve, de imediato, especial preocupação das autoridades públicas com a questão penitenciária, naturalmente porque os estabelecimentos prisionais são sensíveis às exigências das autoridades sanitárias no enfrentamento do coronavírus, bem como em razão da vulnerabilidade das pessoas custodiadas.

Vale lembrar que o país vive uma crise quanto ao sistema prisional, tanto que o Supremo Tribunal Federal reconheceu, por meio da concessão de medida cautelar, o Estado de Coisas Inconstitucional no âmbito da famigerada ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) 347/DF, diante da reconhecida incapacidade de o Estado controlar a superlotação carcerária decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas, redundando em violação massiva de direitos fundamentais.

Vislumbra-se, inclusive, que a população carcerária se encontra próxima do patamar de 773 mil presos (déficit de quase 70% de vagas), o que, conseqüentemente, gera preocupação das autoridades públicas diante da dificuldade em se respeitar, naqueles ambientes, diversas obrigações criadas por meio da Lei 13.979/2020, que, acertadamente, inseriu medidas e cuidados para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O hiperencarceramento impulsiona outros problemas igualmente conhecidos, tais como ambiente insalubre e umidade nas celas, tornando terreno fértil para a propagação de várias doenças (por exemplo: tuberculose, hanseníase, problemas respiratórios, etc.) e, no contexto atual, a principal preocupação está retratada na Covid-19. Diante desse quadro de graves problemas estruturais nos presídios nacionais, a potencial disseminação do coronavírus é obviamente superior ao ambiente externo. A título de exemplo, como forma de traduzir o dado abstrato em números, a cidade de Nova Iorque, atualmente um dos maiores focos da doença do mundo, atenta à fácil propagação do vírus dentro do sistema carcerário (7,7% da população carcerária acometida, enquanto extramuros a fração corresponde a 1,2% na cidade), reduziu em 20% sua população carcerária. Em outras palavras, diante do alarmante cenário que se vislumbra no país, necessitava-se de um

plano de ação que evitasse a Covid-19 no sistema prisional, ou, ao menos, que reduzisse os danos de sua incidência. [...] Medidas deverão ser adotadas pelos juízes para mitigar os danos eventualmente causados pelo coronavírus no seio do sistema penitenciário, sob pena, inclusive, de eventual responsabilidade do Brasil em função do desrespeito ao sistema interamericano de proteção aos direitos humanos.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

**01.** De acordo com o texto,

- a) a pandemia de coronavírus causou preocupante superlotação no sistema prisional brasileiro.
- b) o déficit de vagas no sistema prisional agravou os números da pandemia de coronavírus no Brasil.
- c) o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu em decisão que o Estado está sendo incapaz de controlar a superlotação carcerária e de tal fato acarreta violação de direitos fundamentais.
- d) a população carcerária deve ser vacinada, de forma a se conter eventual propagação do coronavírus.
- e) cabe aos juízes viabilizar a liberação da população carcerária, de modo a preservar os direitos humanos.

**02.** Infere-se do texto que

- a) as pessoas custodiadas são igualmente susceptíveis a contaminação, razão por que as autoridades reconhecem a sensibilidade do tema.
- b) embora as autoridades tenham atentado à vulnerabilidade da população carcerária, não houve edição de ato legal específico quanto à questão.
- c) o estado de superlotação do sistema prisional prejudica a aplicação de medidas de enfrentamento da pandemia.
- d) a população carcerária de Nova Iorque foi a mais afetada no mundo pela pandemia do coronavírus.
- e) os juízes do estado de Nova Iorque absolveram 20% de sua população carcerária, como forma de mitigar a propagação da pandemia.

**03.** O vocábulo “famigerada” (2º parágrafo) foi empregado com sentido de

- a) beligerante
- b) iminente
- c) afamada
- d) pejorativa
- e) ilegal

**04.** No segmento “que, acertadamente, inseriu medidas e cuidados para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus” (3º parágrafo), a partícula “que” poderia ser, sem prejuízo gramatical, substituída por

- a) o qual
- b) a quem
- c) a que
- d) a qual
- e) cuja

**05.** Em relação às estruturas e sentidos do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos originais a substituição de

- a) “ao” por “no”
- b) “proporcionando” por “e proporcionou”
- c) “diversos desafios” por “desafios diversos”
- d) “houve” por “ocorreram”
- e) “exigências” por “requisitos”

**06.** No segmento “necessitava-se de um plano de ação que evitasse a Covid-19 no sistema prisional, ou, ao menos, que reduzisse os danos de sua incidência” (4º parágrafo), a partícula “se” indica

- a) passivação
- b) reciprocidade
- c) reflexividade
- d) expletividade
- e) indeterminação

## TEXTO II

Lastro, em Economia, é a garantia implícita de um ativo. O conceito de lastro é utilizado para determinar o valor real das moedas, no sentido de que o lastro é equivalente às riquezas de um país, cuja moeda pretende representar.

Um país só poderá imprimir mais moeda (dinheiro) se houver um lastro, ou seja, a produção de riquezas equivalente ao dinheiro impresso. Caso o governo produza uma certa quantidade de moeda sem uma garantia de que terá o retorno, a moeda acabará perdendo o valor, a impressão de dinheiro acaba não tendo efeito nenhum e conseqüentemente o surgimento de um cenário de hiperinflação. Bolhas de crédito são geradas na impressão de dinheiro sem lastro, causando graves distorções no mercado e nos preços. Quanto mais a atividade produtiva decai, menos efetivo é o recurso da impressão de moeda. A maioria dos países experimentou inflação quando imprimiu mais moeda do que a riqueza real da economia podia sustentar.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lastro\\_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lastro_(economia))

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

**07.** Depreende-se do texto que

- a) a impressão de dinheiro é uma forma de aumentar as riquezas de uma economia.
- b) moeda, dinheiro e riquezas são sinônimos na lógica apresentada no texto.
- c) imprimir dinheiro sem a produção de riquezas equivalente geram bolhas de crédito.
- d) a ausência de lastro gera hipervalorização artificial das moedas impressas.
- e) as riquezas reais de um país não podem ser representadas por dinheiro impresso.

08. A correção gramatical e o sentido original do texto II seriam preservados caso

- I- a vírgula após “economia” (1º parágrafo) fosse suprimida.
- II- o vocábulo “Caso” (2º parágrafo) fosse substituído por “Se”.
- III- se flexionassem as formas “experimentou” (2º parágrafo) e “imprimiu” (2º parágrafo) no plural.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

09. O acento grave indicativo de crase em “às riquezas de um país” (1º parágrafo) se justifica pela fusão

- a) de preposição exigida por um verbo com um artigo definido feminino singular
- b) de preposição exigida por um adjetivo com um artigo indefinido feminino plural
- c) de preposição exigida por um verbo com um artigo indefinido feminino singular
- d) de preposição exigida por um verbo com um artigo definido masculino plural
- e) de preposição exigida por um adjetivo com um artigo definido feminino plural

10. No texto II, o trecho “Quanto mais a atividade produtiva decai, menos efetivo é o recurso da impressão de moeda.” (2º parágrafo) expressa uma relação de

- a) comparação.
- b) oposição.
- c) proporcionalidade.
- d) conformidade.
- e) alternância

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Marcos Girão

11. Segundo a LODERJ, em relação à criação e classificação das Comarcas e a Administração do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, marque a alternativa que corresponde ao texto da norma:

- a) Na criação ou elevação das Comarcas, o Tribunal de Justiça, ao elaborar o respectivo projeto de lei, levará em consideração as normas constitucionais que disciplinam o acesso aos serviços judiciais e, notadamente, o movimento forense, a arrecadação tributária e a respectiva população.
- b) As Comarcas são de Entrância Comum e de Entrância Especial, esta constituída das Comarcas da Capital, de Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Niterói, de Nova Friburgo, de Nova Iguaçu-Mesquita, de Petrópolis, de São João de Meriti, de São Gonçalo, de Teresópolis e de Volta Redonda.
- c) São Comarcas de Entrância Comum as de Angra dos Reis, Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci-São José de Ubá, Cantagalo, Carapebus-Quissamã, Carmo, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Cordeiro-Macuco, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Itaguaí, Italva-Cardoso Moreira, Itaocara, Itaperuna, Itatiaia, Japeri, Laje de Muriaé, Macaé, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mendes, Miguel Pereira, Miracema, Natividade-Varre-Sai, Nilópolis, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porciúncula, Porto Real-Quatis, Queimados, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua-Aperibé, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José do Vale do Rio Preto, São Pedro da Aldeia, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, Sumidouro, Tanguá, Trajano de Moraes, Três Rios-Areal-Levy Gasparian, Valença e Vassouras.
- d) O Tribunal de Justiça tem a estrutura e a competência de seus órgãos judiciais e administrativos definidas na Constituição da República e no seu Regimento Interno.

e) Integram a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e a Escola de Administração Judiciária, incumbindo, entre outros, ao Conselho da Magistratura, o exercício da função administrativa superior, salvo a edição de atos normativos sobre administração de pessoal e administração financeira.

**12.** Conforme a LODERJ, ao 3º Vice-Presidente incumbe, EXCETO:

- a) substituir o Corregedor-Geral da Justiça e o 2º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias.
- b) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.
- c) exercer as funções administrativas e judicantes que lhe forem delegadas pelo Presidente ou atribuídas pelo Regimento Interno.
- d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista, distribuição anterior ou competência regimental
- e) exercer o juízo de admissibilidade sobre os recursos ordinários constitucionais.

**13.** Nos termos da Lei n.º 4.620/2005, a jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei será fixada em Regulamento, respeitada a prestação de 08 horas diárias ou 40 horas semanais de trabalho, observada a legislação federal específica. O regulamento poderá estabelecer jornada de trabalho especial de, no mínimo:

- a) 25 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração constante do Anexo III desta Lei, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

b) 20 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração constante do Anexo III desta Lei, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

c) 30 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração constante do Anexo III desta Lei, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

d) 20 horas semanais, sem ressalvas.

e) 35 horas semanais, observada, em cada caso, a proporcionalidade dos vencimentos sobre o total da remuneração constante do Anexo III desta Lei, de acordo com os respectivos padrões de vencimento.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

**Herbert Almeida**

**14.** Acerca da prescrição do direito de petição, de acordo com o Decreto nº 2.479/79, é correto afirmar que:

- a) o direito de pleitear quanto às questões que envolvam direitos patrimoniais é de cento e vinte dias.
- b) prescreve em cinco anos o direito de pleitear administrativamente quanto aos atos de demissão.
- c) a ciência do interessado, nos autos do processo, é condição indispensável para a contagem do prazo prescricional, não se admitindo a ciência presumida com a publicação do ato impugnado.
- d) o pedido de reconsideração e o recurso hierárquico, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- e) a prescrição corre normalmente, inclusive nos processos em estudo.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

Tiago Zanolla

15. De acordo como Regimento Interno, assinale a alternativa que corresponde a uma competência do Tribunal Pleno.

- a) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os 03 Vice-Presidentes
- b) Eleger dois Desembargadores e um Juiz de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes
- c) Escolher os candidatos ao quinto constitucional do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia que integrarão a lista tríplice
- d) Elaborar lista sêxtupla de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.
- e) Das posse aos Desembargadores.

16. De acordo com o Regimento Interno, cabe ao Órgão Especial julgar e processar originariamente

- a) os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência.
- b) os agravos contra decisões do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido.
- c) os recursos contra decisões proferidas nos feitos de sua competência pelo Presidente, por Vice-Presidentes ou pelo relator.
- d) os recursos contra decisões que indeferirem pedido de inscrição no concurso para ingresso na Magistratura de carreira.
- e) os recursos contra decisões do Conselho da Magistratura nas hipóteses de que conheça originariamente.

17. Segundo o Regimento Interno, a declaração de inconstitucionalidade dar-se-á

- a) pelo voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial.
- b) pelo voto de dois terços absoluta dos membros do Órgão Especial.

c) pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno.

d) pelo voto de dois terços absoluta dos membros do Tribunal Pleno

e) pelo voto de dois terços absoluta dos membros da Seção Cível.

18. Segundo o Regimento Interno, não é competência do Órgão Especial

- a) propor ao legislativo a alteração da organização e da divisão judiciária;
- b) a alteração do número de membros do Tribunal de Justiça.
- c) a criação ou a extinção de cargos.
- d) a fixação dos respectivos vencimentos.
- e) a criação de distritos administrativos

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Ricardo Torques

19. A Lei nº 13.146/2015 apresenta diversos conceitos importantes para a sua correta interpretação e aplicação. Com base no disposto no Estatuto, assinale a alternativa correta:

- a) O acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência, com ou sem remuneração, que presta cuidados básicos e essenciais, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
- b) Define-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação permanente, gerando efetiva redução da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora ou de percepção.
- c) O atendente pessoal pode ser membro ou não da família, remunerado ou não, que assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, inclusive com uso de técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.



- d) Entende-se desenho universal como a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- e) Os elementos de urbanização são quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como semáforos, postes de sinalização e similares e terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Acerca de ética, princípios e valores no serviço público, analise as afirmativas abaixo.

- I. O princípio é um fundamento ético.
- II. O valor é uma escolha moral.
- III. Os princípios são por nós assimilados ao longo de nossa vida, seja por nossas vivências, seja pelos ensinamentos que recebemos. São objetos de escolha moral, a qual torna algo preferível ou estimável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. No exercício de suas competências legais, um dirigente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro publicou portaria, concedendo licença maternidade a servidora que adotou uma criança.

Tomando por base o ato administrativo praticado, assinale a alternativa correta:

- a) o sujeito do ato é a servidora em gozo da licença.

- b) o objeto do ato consiste na portaria publicada.
- c) o ato praticado possui natureza constitutiva.
- d) o ato possui natureza discricionária.
- e) a finalidade do ato repousa na adoção realizada pela servidora.

22. Assinale a alternativa que não menciona característica essencial das agências reguladoras:

- a) são entes que possuem natureza de autarquia.
- b) foram criadas em meio à reforma gerencial da Administração Pública, constituindo-se nova modalidade de entidade descentralizada.
- c) seus dirigentes possuem mandato fixo.
- d) foram criadas para exercer a regulação de determinados setores econômicos e da prestação de serviços transferidos à iniciativa privada, guardando maior autonomia técnico-decisória do que as autarquias administrativas.
- e) foram agraciadas com maior autonomia gerencial, orçamentária e financeira que as autarquias administrativas.

23. Tomando por base a principal classificação de agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) o Governador do Estado do Rio de Janeiro é agente político, diferentemente dos Secretários de Estado.
- b) empregado público concursado da RioTrilhos, sociedade de economia mista estadual, é agente temporário.
- c) leiloeiro oficial é considerado agente honorífico.
- d) membro de Conselho Tutelar é considerado agente honorífico.
- e) aquele que pratica atos em situações excepcionais, em colaboração com o poder público, é considerado usurpador de função pública.



**24.** Determinado órgão público estadual, após realizar um certame licitatório, identificou que havia sido adotada modalidade licitatória indevida. Nesta situação, de acordo com o disposto na Lei 8.666/1993,

- a) a autoridade competente deverá promover sua anulação, desde que exista provocação de terceiro.
- b) a autoridade competente deverá promover sua revogação, de ofício ou mediante provocação de terceiro.
- c) a autoridade competente deverá promover sua anulação, de ofício ou mediante provocação de terceiro, desde que o faça antes da celebração do contrato.
- d) a autoridade competente deverá promover sua anulação, desde que exista fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- e) a Administração, caso desfaça o processo licitatório, deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

**25.** Ao final do mês de abril, determinado magistrado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proferiu sentença judicial, apreciando o mérito de uma ação criminal que tramitava na vara da qual era titular. Na sequência, o magistrado determinou, por meio de ato administrativo, a remoção de juiz substituto vinculado à mesma vara.

Quanto aos dois atos praticados pelo magistrado, assinale a alternativa correta:

- a) ambos podem ser objeto de controle administrativo interno.
- b) apenas o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo interno.
- c) ambos os atos podem ser objeto de controle jurisdicional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

d) o segundo ato pode ser objeto de controle pelo CNJ, que é órgão de controle interno.

e) o primeiro ato pode ser objeto de controle administrativo e jurisdicional pelo CNJ, enquanto órgão de controle externo.

**26.** No que se refere aos serviços públicos objeto de concessão, assinale a alternativa correta à luz dos dispositivos da Lei 8.987/1995:

a) O contrato de concessão não poderá prever emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato.

b) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato, exceto a arbitragem.

c) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, podendo ser realizada em outros países e em qualquer idioma.

d) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, podendo ser realizada em outros países, desde que em língua portuguesa.

e) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Ricardo Vale

27. Suponha que tenha sido publicada, pelo Estado do Rio de Janeiro, lei ordinária estabelecendo condições e requisitos para o exercício da atividade de guia turístico. Joel, que há 10 anos exerce a profissão, ao sentir-se prejudicado pelas exigências desarrazoadas, a seu ver, impostas pela lei, ajuizou mandado de segurança visando impedir a aplicação das novas regras. Pode-se afirmar, a partir da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes e do entendimento consolidado em âmbito jurisprudencial, que:

- a) Joel poderá intentar a ação diretamente na justiça estadual, desde que demonstrado, de plano, a ofensa direta ao seu direito à liberdade profissional.
- b) Joel não poderá se opor à imposição legislativa, uma vez que a liberdade profissional é norma constitucional de eficácia contida e que, portanto, admite restrição por parte do legislador infraconstitucional.
- c) A lei estadual será válida caso as restrições profissionais tenham sido impostas em razão da necessidade de proteção a valores caros ao bem-estar da coletividade.
- d) A lei estadual é inconstitucional, ainda que tenha se prestado à regulamentação de direito constitucional de eficácia restringível, razão que justifica a impugnação por meio da referida ação mandamental.
- e) Joel não poderá ingressar em juízo pela via do mandado de segurança para impugnar lei em tese, ainda que supostamente eivada do vício de inconstitucionalidade.

28. Foi encaminhada, à Assembleia Legislativa do Estado Y, proposta de lei elaborada pelo presidente do Tribunal de Justiça, fixando a estrutura remuneratória no âmbito do Poder Judiciário. O documento estabelecia, como subsídio dos desembargadores e juízes de direito, o correspondente a 90,25% do subsídio dos ministros do STF, valor que constituiria, também, o limite remuneratório para as referidas funções em caso de acumulação lícita de cargos. De acordo com a Constituição Federal e com o posicionamento adotado pela jurisprudência, assinale a alternativa correta:

- a) É válida a previsão contida na proposta, já que o teto remuneratório do Poder Judiciário corresponde ao subsídio dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio dos ministros do STF.
- b) É inconstitucional a previsão do referido limite, já que os Desembargadores não poderão ter seus subsídios fixados em valor inferior a 95% do subsídio dos ministros do STF.
- c) A fixação de idêntico valor para os subsídios de desembargadores e juízes de direito do Tribunal de Justiça fere o escalonamento vertical constitucionalmente exigido para o Poder Judiciário, assim como a imposição do teto remuneratório em patamar inferior ao estabelecido para a magistratura federal.
- d) É inconstitucional a fixação dos subsídios dos magistrados por meio de lei estadual, já que o Poder Judiciário é uno e indivisível e, portanto, a estrutura remuneratória desse Poder, em todo o território Nacional, deve ser estabelecida em lei de iniciativa do Supremo.
- e) O limite remuneratório estabelecido no projeto é inconstitucional, já que os magistrados, em caso de acumulação de cargos, deverão seguir o teto do funcionalismo público, que corresponde ao subsídio dos ministros do STF, a ser considerado no somatório dos valores recebidos pelo desempenho das respectivas funções.

**29.** Genildo é empregado de empresa pública federal e Amaraldo é servidor público de autarquia estadual. Ambos decidiram aderir a movimentos grevistas impulsionados pelos sindicatos das respectivas categorias. Eventual litígio envolvendo divergência acerca da constatação de abusividade no exercício do direito em análise:

- a) Deverá ser decidido justiça do trabalho, nos dois casos.
- b) Deverá ser julgado pela justiça comum federal e estadual, respectivamente.
- c) Deverá declarar a inconstitucionalidade da greve da qual participa Genildo, caso inexistente lei disciplinando o exercício do referido direito.
- d) Verificar a compatibilidade do movimento ao qual aderiu Amaraldo às disposições eventualmente estabelecidas em lei, destinadas a regulamentar norma constitucional de eficácia contida.
- e) Deverá ser julgado pela justiça do trabalho, no primeiro caso, e pela justiça comum estadual, em relação à greve à qual aderiu Amaraldo.

**30.** O governador de determinado Estado apresentou proposta de emenda à Constituição Estadual, fixando uma série de atribuições ao Ministério Público local. O texto apresentado à Assembleia Legislativa estabelecia, entre outras disposições, a competência exclusiva do órgão para a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, bem como o exercício da atividade de controle externo da atividade policial pelo parquet. Pode-se afirmar que a mencionada proposta:

- a) Incorre em inconstitucionalidade, ao acrescentar novas competências ao rol taxativo instituído pela CF/88.
- b) Fere a Constituição Federal, já que não há que se falar em exclusividade na promoção de inquérito civil e de ação civil pública, embora, de fato, seja da competência do MP exercer o controle externo da atividade policial.
- c) Deve ser considerada válida, em virtude de ser aberto o rol de funções atribuídas ao Ministério Público, introduzido pela atual Constituição.

d) Apenas reproduz dispositivo contido na Constituição Federal, ao mencionar a competência exclusiva do MP para a promoção da ação civil pública.

e) Deve ser declarada inconstitucional no ponto em que estabelece a competência para exercer o controle externo da atividade policial, por ofensa ao princípio da separação dos poderes.

**31.** Certa proposta de emenda constitucional, transferindo da União para os estados a competência para legislar sobre Direito Penal, foi subscrita por 27 senadores e apresentada durante a vigência de estado de defesa. Segundo as regras constitucionais direcionadas ao Poder Constituinte Reformador, pode-se dizer que:

a) Não há qualquer irregularidade na situação descrita, já que há vedação à reforma do texto constitucional apenas durante o estado de sítio, e não durante o de defesa.

b) Embora o quórum mínimo para a apresentação do projeto tenha sido atingido, o período de vigência do estado de defesa representa limitação temporal à alteração da Carta Maior.

c) A proposta, que aborda tema elencado como cláusula pétrea, deveria ter sido subscrita por número superior a um terço dos membros do Senado.

d) A proposta de emenda não apresenta vício formal ou material, mas fere limitação circunstancial ao poder de reforma.

e) O projeto de alteração constitucional representa clara ameaça ao pacto federativo, além de não obedecer à exigência de subscrição por membros de ambas as Casas do Congresso.

**32.** Durante processo de verificação da legalidade dos atos praticados por empresa pública prestadora de serviço público no curso de processo licitatório, o Tribunal de Contas da União:

- a) Poderá sustar contrato firmado com pessoa jurídica sagrada vencedora do processo licitatório, caso sejam contatadas irregularidades insanáveis.
- b) Deverá sustar, de imediato, atos eivados de ilegalidade, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.
- c) Poderá recusar-se a dar aplicabilidade a ato normativo considerado incompatível com a Constituição Federal.
- d) Deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa, sempre antes da tomada de qualquer decisão que possa vir a afetar os participantes do processo licitatório.
- e) Não poderá aplicar multa ou qualquer outro tipo de sanção, dada a natureza jurídica da entidade, que sequer está obrigada à realização de licitação.

**DIREITO CIVIL**

Paulo Sousa

**33.** Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações.
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, as associações, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos.
- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as fundações, as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- e) as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

**34.** De acordo com o Código Civil, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- a) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
- b) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os pródigos.
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, os ébrios habituais, os viciados em tóxico, os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os pródigos.
- d) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, os ébrios habituais, os viciados em tóxico e os pródigos.
- e) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os pródigos.

**35.** Em relação à jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere aos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro.
- b) Quando não houver premeditação do segurado, o suicídio é coberto, ainda que tenha ocorrido nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida.
- c) A penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação é inválida.



- d) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a restituição integral das parcelas pagas pelo promitente comprador, ainda que este tenha dado causa ao desfazimento do negócio.
- e) Os contratos de locação são submetidos prioritariamente ao Código de Defesa do Consumidor.

**36.** Quando uma pessoa, sob premente necessidade ou inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre o defeito do negócio jurídico denominado

- a) erro.
- b) dolo.
- c) lesão.
- d) estado de perigo.
- e) coação.

**37.** Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade.

Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- b) anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.
- c) válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.
- d) nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.
- e) válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

**38.** Elemento accidental do negócio jurídico, a condição possui, entre outras, as seguintes características:

- a) impositividade e certeza.
- b) acessoriedade e voluntariedade.
- c) legalidade e futuridade.
- d) involuntariedade e incerteza.
- e) legalidade e brevidade.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques**

**39.** A remessa necessária, também conhecida como reexame necessário ou duplo grau de jurisdição obrigatório, não tem natureza jurídica recursal. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) No reexame necessário, o Tribunal poderá agravar a condenação imposta à Fazenda Pública.
- b) Haverá reexame necessário de sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias, fundações de direito público, sociedades de economia mista e empresas públicas.
- c) A remessa necessária é uma condição de eficácia da sentença, pois esta não produzirá efeitos enquanto aquela não for realizada.
- d) A remessa necessária é de competência exclusiva do juiz, não cabendo qualquer ato ao Tribunal.
- e) Não há remessa necessária de sentença fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, reclamação ou assunção de competência.

**40.** O Código de Processo Civil prevê, assim como na fase de conhecimento, hipóteses de suspensão e extinção do processo de conhecimento. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) A execução poderá ser suspensa no todo ou em parte, quando os embargos forem recebidos com efeito suspensivo.
- b) Ainda que o executado não possua bens penhoráveis, o processo de execução não será suspenso.
- c) O parcelamento do pagamento, requerido pelo executado, não é causa de suspensão da execução.
- d) A prescrição intercorrente não é causa de extinção da execução, pois inadmitida pelo processo civil brasileiro.
- e) A extinção da execução produz efeito independentemente de sua declaração por sentença.

**41.** Com base na Teoria Geral dos Recursos e nas previsões do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão. Caso a decisão seja proferida em audiência, todos serão considerados intimados.
- b) O Código de Processo Civil não prevê hipóteses de restituição do prazo recursal.
- c) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, mesmo no processo em autos eletrônicos, sob pena de deserção.
- d) A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará em deserção do recorrente.
- e) Havendo insuficiência parcial do preparo, o recorrente será intimado na pessoa de seu advogado para complementar o valor.

**42.** Os embargos de divergência são cabíveis contra acórdão de órgão fracionário em recurso extraordinário ou recurso especial. Com base no disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) É embargável o acórdão de órgão fracionário que em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito.
- b) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência verifica-se apenas na aplicação do direito processual.
- c) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, ainda que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.
- d) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça suspende o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.
- e) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em um terço de seus membros.

**43.** O Código de Processo Civil estabelece a prioridade de tramitação de alguns procedimentos judiciais. Assinale a alternativa correta:

- a) Goza de prioridade de tramitação o procedimento judicial em que figure apenas como parte a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave.
- b) Os procedimentos judiciais regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente não gozam de prioridade de tramitação.
- c) Goza de prioridade de tramitação o procedimento judicial em que figure apenas como parte a vítima de violência doméstica e familiar.
- d) A tramitação prioritária depende de deferimento pelo órgão jurisdicional após a devida comprovação pela parte requerente.
- e) Em caso de morte do beneficiado, cessará a prioridade anteriormente concedida.

44. A Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) apresenta aspectos materiais e processuais. Sobre a ação de improbidade administrativa, pode-se afirmar:
- a) É possível pedir o sequestro de bens, de acordo com as disposições do Código de Processo Civil, mas não é admitida a investigação, exame e bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas no exterior.
  - b) A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.
  - c) A participação do Ministério Público na ação de improbidade administrativa é facultativa.
  - d) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam as mesmas partes.
  - e) Não é possível a celebração de acordo de não persecução cível.

**DIREITO PENAL**

Renan Araújo

45. Ao pedir um coquetel em bar, José exigiu que o drink fosse elaborado sem álcool, pois não possui qualquer resistência ao álcool. O atendente, porém, equivocou-se e preparou um drink alcóolico. José ingeriu a bebida e não percebeu, dada a pequena quantidade de álcool em relação ao restante dos ingredientes. Após alguns minutos, José ficou embriagado. Ao sair do bar, José, parcialmente prejudicado pela embriaguez, ofendeu dois policiais militares que tentavam impedi-lo de dirigir.

Nesse caso:

- a) José deverá responder pelo crime de desacato, sem redução de pena
- b) José não responderá pelo crime, em razão da ausência de ilicitude em sua conduta
- c) José responderá pelo crime, mas terá em seu favor uma redução de pena de um a dois terços.
- d) José não responderá pelo crime de desacato, em razão do erro de proibição
- e) José não responderá pelo crime de desacato, em razão de inimputabilidade penal

46. São elementos da legítima defesa:

- I – Situação de agressão injusta, atual ou iminente
- II – Uso moderado dos meios necessários
- III – Intento de proteger direito próprio, apenas
- IV – Impossibilidade de fugir da agressão ao invés de repeli-la

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) II e III

47. José, então com 20 anos de idade, praticou, no dia 20.06.2014, um crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). A denúncia foi recebida pelo Juízo em 25.07.2016. Após a regular instrução processual, foi proferida sentença condenatória, condenando José à pena mínima de 01 ano de reclusão e 50 dias-multa. A sentença foi publicada no dia 05.12.2019, tendo havido o trânsito em julgado para a acusação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível, estando prescrita também a pena de multa
- b) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia, mas a pena de multa não prescreveu
- c) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do recebimento da denúncia e a data da publicação da sentença condenatória recorrível, mas a pena de multa não prescreveu
- d) Ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em concreto, entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia, estando prescrita também a pena de multa
- e) Não ocorreu prescrição.

48. José, Analista Judiciário do TJRJ, tomou conhecimento de que Maria, sua subordinada na repartição, havia praticado falta funcional no exercício do cargo. A infração praticada por Maria é punida com suspensão de até 90 dias, e José não tem atribuição para aplicar a referida penalidade. José, por indulgência, acaba perdendo o ato praticado por Maria, não adotando qualquer providência em relação ao fato do qual tomou conhecimento.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) praticou o crime de prevaricação
- b) praticou o crime de prevaricação imprópria
- c) praticou o crime de condescendência criminosa
- d) praticou o crime de omissão legalmente qualificada
- e) não praticou crime, pois não tinha atribuição legal para aplicar a penalidade.

49. José foi condenado definitivamente pela prática de certo crime, cuja pena cominada era de reclusão de 04 a 10 anos de reclusão, recebendo a pena mínima prevista para o delito, de 04 anos de reclusão. Após cumprir 02 anos e 06 meses da pena imposta, sobrevém nova lei diminuindo a pena do referido delito para 02 a 08 anos de reclusão.

Nesse caso:

- a) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da condenação refazer o cálculo da pena.
- b) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da execução penal refazer o cálculo da pena, de forma que José, por já ter cumprido mais de 02 anos, terá sua pena declarada extinta.
- c) Será inaplicável a lei nova mais benéfica, dado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) Por se tratar de pena de reclusão, a retroatividade após o trânsito em julgado é vedada
- e) Será aplicável a lei nova mais benéfica, desde que haja requerimento da defesa

50. Mário, brasileiro, falsificou 15 cédulas de 20 dólares (US\$ 20,00). Ao finalizar a falsificação, Mário se dirigiu até o aeroporto, onde embarcaria rumo à Orlando-USA. Todavia, ainda no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, Mário foi abordado por Policiais Federais, que encontraram as notas falsas e deram voz de prisão ao infrator.

Atento ao caso, responda:

- a) Mário responderá pelo crime de moeda falsa privilegiada, em sua forma consumada.
- b) Mário responderá pelo crime de moeda falsa, em sua forma tentada.
- c) Mário responderá pelo crime de moeda falsa, em sua forma consumada.
- d) Mário responderá pelo crime de moeda falsa ainda que reste comprovado que a falsificação era grosseira
- e) Trata-se de fato atípico, dada a ausência de lesão a interesse nacional, na medida em que Mário falsificou apenas moeda estrangeira

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

51. Jonas, deputado federal, em conluio com Miqueias, Governador do estado do RJ, praticaram um crime de peculato-apropriação, durante o exercício de seus respectivos mandatos, tendo o crime relação com as funções exercidas. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Houve conexão, mas os processos não serão reunidos.
- b) Como houve conexão, haverá a reunião dos processos perante o órgão do Judiciário de maior hierarquia, que é o STF, foro privilegiado de Jonas.
- c) Como houve continência, haverá a reunião dos processos perante o órgão do Judiciário de maior hierarquia, que é o STF, foro privilegiado de Jonas.
- d) Houve continência, mas os processos não serão reunidos.
- e) Como houve conexão, haverá a reunião dos processos perante o órgão do Judiciário de maior hierarquia, que é o STF, foro privilegiado de Miqueias.



**52.** O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se:

- a) tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;
- b) ele próprio houver desempenhado a função de delegado de polícia, no mesmo caso, anteriormente
- c) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;
- d) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- e) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

**53.** A prisão preventiva é uma modalidade de prisão cautelar, uma espécie preventiva que não se baseia na culpa do agente, mas em fundamentos de cautelaridade, ou seja, verifica-se que a liberdade do imputado representa um risco e, para evitar a ocorrência de prejuízo, decreta-se a segregação de maneira cautelar.

Com relação à prisão preventiva, presentes os demais pressupostos e fundamentos, esta será cabível:

- a) ainda que se verifique, pelas provas dos autos, ter o agente praticado o fato amparado pela legítima defesa
- b) no caso de crimes cuja pena máxima seja superior a 04 anos
- c) se o agente for reincidente em crime doloso ou culposos
- d) desde que não tenha sido anteriormente revogada pelo Juízo
- e) em caso de crime hediondo ou equiparado, sendo desnecessária fundamentação nesse caso

**54.** No que tange à ação penal privada subsidiária da pública, é correto afirmar que:

- a) será cabível caso o MP não ajuíze denúncia no prazo legal, ainda que haja pedido de arquivamento do inquérito.
- b) deverá ser ajuizada no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva, sob pena de decadência
- c) deverá ser ajuizada no prazo de 06 meses, a contar da data do fato criminoso, sob pena de decadência
- d) deverá ser ajuizada no prazo de 06 meses, a contar do esgotamento do prazo para o MP.
- e) será cabível mesmo que o MP, no prazo legal, requisite novas diligências à autoridade policial

**55.** José responde a processo por determinado crime, tendo sido citado para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. José apresenta tempestivamente sua resposta à acusação. Posteriormente, entra em vigor nova Lei, alterando o prazo de apresentação da resposta à acusação para apenas 05 dias apenas. Após a alteração legislativa, o MP adita a denúncia para incluir o réu Marcos, que também é citado para apresentar sua resposta à acusação.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A lei nova deve ser aplicada tanto a José quanto a Marcos, pelo princípio do efeito imediato da lei processual penal, devendo José apresentar nova resposta à acusação
- b) A lei nova não será aplicável no referido processo, pelo princípio da unidade processual
- c) a lei nova é aplicável imediatamente ao processo em curso, mas somente aos atos processuais futuros, de forma que Marcos deverá apresentar resposta à acusação em 05 dias; A resposta à acusação já apresentada por José, porém, é válida.
- d) A lei nova não será aplicável ao processo já iniciado por ser prejudicial aos réus
- e) A lei nova somente terá aplicação a partir da próxima fase processual

56. No que tange à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- a) nos crimes permanentes, há flagrância apenas nas primeiras 48 horas após o início da permanência
- b) No prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da realização da prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome e a qualificação completa do condutor e das testemunhas.
- c) se a prisão for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao preso, com ou sem fiança.
- d) Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, esta deverá ser comunicada à família do preso ou à pessoa por ele indicada
- e) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

### LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

57. Coronavilson está passando por problemas sociais e o seu juiz resolveu fazer a inspeção anual na sua unidade judiciária. Qual o nome dessa inspeção?

- a) Correição-Geral Ordinária
- b) Correição-Geral Extraordinária
- c) Correição Ordinária
- d) Correição Extraordinária
- e) Visita Correicional

58. Alquingel está autuando determinado processo de Testamento. Nesse caso, a cor da capa utilizada deverá ser

- a) Cinza
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Amarelo
- e) Palha

59. Darti Veiderson da Silva está autuando determinado livro. Nesse caso,

- a) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato
- b) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 300 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o magistrado.
- c) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o Chefe da Serventia
- d) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 200 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o Corregedor-Geral.
- e) Os livros de folhas soltas obedecerão ao modelo próprio e conterão até 500 folhas, ressalvada a hipótese do último ato ultrapassar tal limite, sendo, então, permitida a utilização de folhas necessárias à lavratura desse ato, desde que assim o autorize o magistrado.

60. Sandei Júnior está atuando autos do processo 1234.56-2020 e está com dúvidas quanto ano número de folhas em cada volume. Nesse caso,
- a) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume.
  - b) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Chefe de Serventia decidirá, os autos não excederão duzentas folhas em cada volume.
  - c) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Juiz decidirá, os autos não excederão trezentas folhas em cada volume.
  - d) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Chefe de Serventia decidirá, os autos não excederão trezentas folhas em cada volume.
  - e) Ressalvado caso especial, a cujo respeito o Corregedor-Geral decidirá, os autos não excederão trezentos e cinquenta folhas em cada volume.



**Estratégia**  
Concursos


## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-TJ-Analista-25-04-20>

*Não é assinante?*

 **Estratégia**  
Concursos

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE